



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

## (Sub)úrbios e (sub)urbanos. o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?

Álvaro Domingues

— A cidade — insistes em perguntar.

— Vimos cá trabalhar todos os dias — responder-te-ão uns, e outros: — Voltamos cá para dormir.

— Mas a cidade onde se vive? — perguntas.

— Deve ser para ali — dizem, e uns erguem o braço obliquamente na direcção de uma incrustação de poliedros opacos, enquanto outros indicam para trás das tuas costas o espectro de outras cúspides.  
in Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis*

### A condição periférica, variações em torno do conceito

Os conceitos de periferia urbana e de subúrbio banalizaram-se de tal forma que é hoje difícil encontrar uma definição clara e consensual desses conceitos. Não admira que assim seja. Esses conceitos são usados normalmente de uma forma negativa e relativizada, isto é, por contraposição a um centro. É o grau de afastamento a um centro que clarifica a posição periférica (física, social, morfológica, etc.) e esta é-o tanto mais quanto maior é a visibilidade, o posicionamento, o poder e a clareza dos atributos da condição central. Enquanto agregado social, a periferia define-se, por isso e também, não pela densidade ou pela intensidade do inter-relacionamento interno ao nível local, mas sim pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares.

O subúrbio é uma das variantes da condição periférica, normalmente contextualizada num padrão de urbanização que atingiu uma escala dimensional alargada. O conceito é, por isso, estranho à cidade de escala reduzida, sendo, ao contrário conotado com formações urbanas complexas e territorialmente centrífugas: a metrópole, a megalópole (GOTTMANN, 1961), a “metapolis” (ASCHER, 1995).

A identificação de um subúrbio, qualquer que ele seja independentemente do tempo ou do lugar, implica uma ideia de fragmentação do espaço urbano. A cidade compacta, de limites precisos, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos, onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística dão lugar a formações territoriais urbanas complexas, territorialmente descontínuas e ocupando territórios cada vez mais alargados. Nesta concepção, o subúrbio é a margem, o extramuros, o território impreciso e não consolidado do ponto de vista urbanístico; espécie de reserva fundiária de um crescimento urbano de tipo extensivo e submetido, ora a um processo de planeamento extremamente regulado (os “*grands ensembles*” residenciais do pós-guerra ou as Cidades Novas, em França, por exemplo), ora a processos espontâneos de urbanização de maior ou menor densidade pouco ou nada regulados por qualquer figura de plano e, quase sempre, caracterizados por níveis muito baixos de infra-estruturação básica. A periferia espontânea constrói-se, por isso, segundo um processo errático, formado por sucessivas adições, fruto de milhares de decisões isoladas e de escala e perfil funcional muito diverso: a racionalidade do planeamento é substituída pela dinâmica do investimento privado e pela variabilidade do mercado; a forma urbana resultante é, à primeira vista, não estruturada, caótica, incompleta, labiríntica e instável. Independentemente do escalão social dos seus ocupantes, o subúrbio é quase sempre analisado enquanto lugar predominantemente residencial: desde a precariedade e a marginalização social do subúrbio desqualificado típico das “cinturas vermelhas” das periferias metropolitanas industrializadas, aos subúrbios luxuosos das cidades americanas. No modelo racionalista o subúrbio é, por isso, o lugar da reprodução social, quer em contexto de forte intervenção do Estado-Providência (os HLM franceses, por exemplo), quer, no pólo oposto, em contexto de regulação liberal e mercantil. Estes tipo de discurso e de caracterização sobre a periferia e os subúrbios, sendo bastante vulgar,

está longe, no entanto, de esgotar a diversidade de situações reputadas de suburbanas, e mais longe ainda se pensarmos nas dinâmicas actuais que transformam a “*metapolis*” (ASCHER, 1995) moderna e as modificações que essas dinâmicas induzem no modelo simplista da metrópole clássica: uma metrópole unipolar e radiocêntrica marginada por uma coroa de áreas suburbanas cuja dinâmica é regulada a partir de um centro. Por sobre estas imagens recorrentes é possível identificar vários elementos de tensão e mesmo de contradição.

## A construção social da periferia: a periferia e o subúrbio são um “pré-conceito” social

Deste ponto de vista o subúrbio corresponde normalmente a uma representação social estigmatizada. O subúrbio é o lugar da exclusão, da marginalidade e da segregação sociais, da anomia, da ausência de uma noção de pertença a um lugar, do défice de cidadania, etc.

A “distância” ao centro é, assim, uma *distância sociológica* a um centro, sendo este definido pela diversidade e pela densidade das relações sociais, pela intensidade da vida cívica, pelo acesso à informação, pela aglomeração de recursos culturais, políticos, económicos, etc.

Essa distância é, por isso, definida por um afastamento real e simbólico a um “efeito urbano” (identificado pelos indicadores referidos), independentemente do grau de degradação urbanística do lugar ou da sua posição geográfica no contexto da metrópole: assim, o “subúrbio” pode estar localizado numa área tida como central, como, de resto, é muito típico do “*ghetto*” nas cidades dos EUA ou dos centros históricos degradados de algumas cidades europeias. Periferização e subúrbio (no sentido geométrico do termo) podem, assim, não coincidir.

Na Europa, segundo a maior parte das análises produzidas, a distância social e a distância geométrica costumam coincidir: “*o mal de vivre des banlieus*” é fruto, nas palavras de Robert Solé: “de um desenvolvimento não reflectido das cidades que se tornou sinónimo de exclusão” (in MENANTEAU, 1994, 93). No limite o subúrbio descrito por François Dubet (1987), é a “*Galère*” dos jovens desenraizados, sem perspectivas, sem estratégias; em ruptura com a escola e com o mercado de emprego; a manifestação em estado puro da desorganização, da exclusão e da raiva individual e social; o resultado da dissolução das solidariedades étnicas, familiares, religiosas, ideológicas; a massa informe, desarticulada e imprevisível de uma sociabilidade baseada em contactos fragmentários (cf. MENANTEAU, 1994, 93/95). Esta é, de resto, uma problematização retomada por Kassovitz no seu recente filme “*La Haine*”. No texto de M. Béhar a questão urbana do subúrbio reduz-se a uma equação simples: o “*grand ensemble*” produzido pelas políticas sociais de habitação do Estado-Providência é sinónimo de exclusão social (desemprego, delinquência, insucesso escolar,...). Independentemente do lugar, é a exclusão que se torna o tema central. A sua territorialização no “*grand ensemble*” é uma das manifestações geográficas dominantes dessa exclusão e também um exemplo da obsolescência de uma política e de uma forma urbana (o plano racional e funcionalista que produziu as barras e as torres residenciais) e de um certo modelo de política de habitação social, os HLM (cf. BÉHAR, 1995).

Do outro lado do Atlântico o discurso e as realidades mudam radicalmente. A construção social do subúrbio corresponde a imagens de imensas proporções territoriais, o “*Suburban Sprawl*”, incaracterísticas, invariavelmente compostas por extensões de lotes residenciais unifamiliares, originando um padrão de urbanização de baixa densidade, estruturado pela rede densa das “*freeways*” e submetido à lógica da hipermobilidade, proporcionada por altos níveis de motorização e catalisada pela instabilidade do emprego. Ao contrário do estigma, o subúrbio é o “*American Dream*” das classes de médio e alto rendimento. A segregação étnica, a exclusão, a insegurança, os “*urban riots*”, os “*gangs*” urbanos e todo o rol das questões ligadas com os estratos mais marginalizados de uma sociedade altamente fragmentada, como a dos EUA, são temas normalmente localizados nas áreas centrais, “*Inner Cities*” em crise. Do ponto de vista sociológico a questão da nova condição suburbana está longe de ser consensualmente entendida: percebe-se claramente um confronto entre o radicalismo pessimista da perda do sentido da “*community*” (o desenraizamento, a massificação, o fechamento das práticas sociais em torno da família, do consumismo, das carreiras individuais, a anomia ou, noutra registo, a privatização dos espaços públicos, “*the placelessness*”, a diluição do centro e a indefinição dos limites, enfim, o caos); e, por outro lado, a crítica do mito de uma forma de sociabilidade urbana que já não pode apoiar-se mais no factor da proximidade física e na cidade compacta e territorialmente reconhecível como condição única da densidade relacional, do encontro, da vida cívica, da socialização, etc., contrapondo os valores da liberdade, da mobilidade, da errância, do indivíduo, do anonimato, do provisório, etc.

---

Este tipo de imagens sociais do subúrbio/periferia urbana admitem, como se viu, modelos completamente distintos. Parece também claro que quanto maior é a “territorialização” da análise social mais contraditória e diversa é a conceptualização da condição suburbana. Não queremos com isto deduzir que a ruptura analítica da relação território/sociedade possa resolver a questão.

---

A questão está em que se o enfoque do subúrbio é um enfoque eminentemente sociológico (sobre, por exemplo, os processos de polarização, de marginalização e de exclusão social), a forma e o lugar que materializam a condição suburbana devem ser contextualizadas não como variáveis apriorísticas, mas, antes como factores catalisadores ou inibidores dessa condição suburbana.

---

## A periferia e o défice de cidadania: o subúrbio tem uma existência precária enquanto “espaço político” e de participação cívica

Jacques Levy (L'Espace Légitime), e, no contexto dos EUA, David Rusk (Cities Without Suburbs), diagnosticam claramente esta debilidade própria das periferias suburbanas: se “ a democracia urbana supõe um ajustamento permanente da vida política às escalas e às métricas urbanas” (LEVY, 1994, 294), a situação mais recorrente é a de que os subúrbios estão quase sempre desajustados. A dinâmica urbana é sempre mais rápida do que os ajustamentos político-administrativos e institucionais. Isto significa que, na ausência de organismos locais com um mínimo de competências que favoreçam um clima de democracia participativa, o subúrbio e os suburbanos sejam largamente afectados por uma incapacidade ou por uma limitação no exercício da sua cidadania.

Este tipo de problematização contém implícitas duas facetas tidas como concordantes, uma territorial e outra social:

- o processo de suburbanização constrói-se através de uma dinâmica de crescimento extensivo das formações urbanas/metropolitanas na periferia geográfica de um centro motor do crescimento urbano e da regulação social. Aprofunda-se, assim, cada vez mais a descoincidência entre os espaços do quotidiano e o recorte político-administrativo que regula a participação democrática formal, a “vida política”. Dentro deste modelo centro/periferia, se não existir um processo de perequação das receitas e das despesas públicas que condicionam a acção política ao nível local, aprofunda-se cada vez mais o fosso entre os municípios centrais “ricos” e influentes e aqueles para onde são “centrifugadas” as populações de menor recursos e para onde se exporta também um défice nas finanças públicas locais: uma maior pressão para a despesa pública em infra-estruturas e políticas sociais e uma capacidade limitada de captação de recursos para atender a essas pressões. Os problemas aumentam ainda mais se o quadro territorial-administrativo pertinente para a resolução desses problemas periféricos recobrir várias circunscrições administrativas (equivalentes ou não) e se não existir um clima de concertação política que se ajuste a esse quadro;
- socialmente dá-se frequentemente como adquirido que essa marginalização geográfica é o suporte territorial de uma marginalização social equivalente. No limite, essa marginalização anula completamente os direitos de cidadania quando se trata de áreas de residência de emigrantes, às vezes em situação de clandestinidade.

Esta situação admite, no entanto, realidades contraditórias. As “*Cities Without Suburbs*” de que nos fala D. Rusk, são entidades urbanas que equilibraram as crises sociais dos *ghettos* das “*Central Cities*” através do financiamento proveniente das taxas e impostos locais dos subúrbios de classe média e alta, entretanto anexados ao espaço administrativo das Áreas Metropolitanas. Esta “elasticidade” territorial é a única forma de evitar a excessiva fragmentação das áreas administrativas dentro de uma metrópole funcionalmente cada vez mais coesa e territorialmente mais vasta. Ao contrário, noutras situações, essa fragmentação e auto-segregação dos subúrbios mais ricos é reforçada pela proliferação de formas privadas de administração (“*Homeowners, Community, Condominium, etc. Associations*”) onde se estimam viverem 1 em cada 8 americanos (cf. LANGDON, 1995, 88). É este o território das práticas sociais do “Nimbismo” (“*not in my back yard*”), uma forma desvirtuada de participação cívica onde o corporativismo se impõe completamente como forma de autodefesa e de negação de uma maior solidariedade e coesão social de uma população social e territorialmente muito fragmentada.

A precariedade do subúrbio como espaço político e de participação cívica conhece, por isso, realidades e graus muito distintos. Para além disso, não se pode, também, medir a diferença entre o urbano e o suburbano apenas por critérios administrativos, nem a participação cívica por critérios estreitos do exercício da democracia formal (o voto).

A cidade como lugar antropológico, i.e., identitário, relacional e histórico (cf. AUGÉ, 1992), corresponde já a um mito quando se trata de formações urbanas extensas, social e territorialmente diversificadas e fragmentadas; o mesmo autor identifica sucessivos exemplos de “não-lugares” no contexto desse novo mosaico urbano. Por sua vez, J. Levy afirma que “*les citadins sont les plus mal lotis des*

*citoyens*”, querendo com isto afirmar que é cada vez menor a retroacção entre o “espaço político” e o “espaço civil” (cf. LEVY, 1994, 295). Uma distinção semelhante, entre “*Citoyenneté*” (associada à pertença a uma nação e, portanto, supralocal e supra-urbana) e “*Citadinité*” (a consciência de pertença a uma colectividade urbana e ao exercício dos direitos e dos deveres que lhe estão ligados) é utilizada por F. Ascher (ASCHER, 1995, 154-160) para relevar uma crise generalizada da consciência e do exercício da “*citadinité*” para “os habitantes e os trabalhadores da *métropole*, vivendo num território cada vez mais extenso, com limites imprecisos, descontínuo, institucionalmente fragmentado, em transformação permanente e aberto a múltiplos fluxos internacionais” (idem, *ibidem*, 154).

---

A questão do défice de cidadania ultrapassou já o subúrbio ou, se quisermos, a condição suburbana, transformando

---

se num desafio generalizado ao complexo socioterritorial das grandes formações urbanas. Evidentemente que continuam a existir graus distintos de, socialmente, participar ou ser excluído das decisões colectivas. No entanto, parece já cada vez menos eficaz resolver o défice de cidadania no quadro pontual de um determinado “lugar suburbano” ou de um “bairro em crise”. Esse é apenas um dos lugares de referência do quotidiano, e por isso também do exercício da cidadania, mas, cada vez menos, o único. Apesar do recente recrudescimento das modalidades locais das políticas participativas, o escalão excessivamente localista pode não ser o escalão pertinente para a resolução do problema, sendo necessário encontrar outros níveis superiores de compatibilização, de concertação e de definição e gestão de políticas.

---

## A periferia como categoria formal da dinâmica urbana: o subúrbio e a suburbanização correspondem a um modelo ou a uma fase típica do “Ciclo de Vida das Cidades”.

A teoria do *Ciclo de Vida das Cidades* (urbanização; suburbanização; desurbanização; reurbanização) refere-se a um modelo formal de tipo histórico-descritivo utilizado para caracterizar as dinâmicas de crescimento urbano (BERRY (1976), VAN den BERG et al. (1982); HALL (1984); FIELDING, (1989); etc.). O modelo baseia-se apenas nos valores de população residente e define a cidade como uma aglomeração dividida em duas subáreas: o centro (“*Core*”) e a área periférica (“*Ring*”), contígua ao centro e lugar de origem de movimentos pendulares.

A fase da *urbanização* caracteriza-se por uma forte concentração da população e das actividades económicas no centro da cidade; a *suburbanização* caracteriza-se por um processo de desconcentração da população e do emprego das áreas centrais para a cintura metropolitana; a *desurbanização* caracteriza-se por uma perda da população e do emprego no conjunto da aglomeração urbana; finalmente, a *reurbanização* caracteriza-se por uma retoma do centro, acompanhada de processos de requalificação urbana de centros históricos e áreas pericentrais. Se bem que não seja negado a este modelo o renovado interesse pelo estudo das cidades, são hoje frequentes uma série de críticas que, em geral, tocam os seguintes aspectos: uma excessivo reducionismo do modelo territorial de crescimento urbano a uma dinâmica centro/periferia; uma excessiva formalização e carácter descritivo do modelo; uma visão simplista e redutora da complexidade da estrutura e da dinâmica urbana; finalmente, uma rigidez não apropriada às dinâmicas que caracterizam as novas formas urbanas (de escala territorial mais vasta, descontínua, fragmentária e de carácter reticular e policêntrico) e ao tipo de mutações económicas e sociais que explicam novas relações entre economia-sociedade e território.

De facto, hoje as realidades urbanas de grande dimensão são bastante mais complexas, tal como o são as dinâmicas socioeconómicas e tecnológicas subjacentes a esse modelo. O conceito de *Megalopolis* de J. Gottmann (GOTTMANN, 1961), desenvolvido na costa atlântica norte dos EUA, é já premonitório de uma “nova ordem urbana”: expansiva, nebulosa, policêntrica, descontínua, estilhaçada, etc. O conceito de subúrbio, como um anel residencial regulado pela dinâmica de um centro, já não se ajusta a este conceito/processo feito de coalescências urbanas, organizado por eixos e onde o *espaço relacional* (interdependências multifocais; densidade de relações num território alargado e mais ou menos intensamente urbanizado) e o *tempo* (a distância-tempo encurtada pelo automóvel e pela auto-estrada, que comprimiu o espaço e reduziu a fricção territorial), se sobrepuseram a uma ordem urbana anterior estruturada pela proximidade física, pela contiguidade do tecido construído, pela cidade compacta e pela oposição centro/periferia.

Entre muitos outros, a *Disappearing City* de Peter Hall (1990); A *Edge City* de J. Garreau (GARREAU, 1991); a *100 Mile City* de Deyan Sudjic (SUDJIC, 1992); a *Fractured Metropolis* de Jonathan Barnett (BARNETT, 1995); a *Metapolis* de François Ascher (ASCHER, 1995) e a *Ipercittà* de André Corboz (CORBOZ, 1994) constituem frescos impressionistas da nova cidade-região cujos exemplos mais precoces se desenvolveram no “*Sunbelt*” americano e de que Los Angeles constitui o expoente máximo, embora a Europa (os casos mais citados são a *Randstat* holandesa e a

Ruhrgebiet alemã) e o Japão não tenham escapado à mesma tendência.

O modelo da metrópole dualista dá, assim, lugar à conurbação e à cidade-região, por onde se intensifica o “urban sprawl” e a uma nova conceptologia, da qual destacamos:

- o *pós-subúrbio*: subúrbio residencial transformado numa área de localização de actividades diversas (*shopping malls, office parks, perimeter centers, multi-purpose centers, etc.*) que estruturam a nova centralidade da *Edge City* (GARREAU, 1991),
- a *metrópole policêntrica*: mosaico urbano descontínuo e fragmentado onde emergem centralidades distintas e, às vezes especializadas, ditas periféricas, num contexto de forte coesão funcional.

---

Este novo cenário urbano supõe graus de desenvolvimento distintos: a existência de uma boa rede de vias rodoviárias de alta capacidade, a supremacia da lógica do automóvel, um nível elevado de rendimento e de motorização são algumas das condições básicas à nova metamorfose urbana. Contudo as tendências estão aí e tendem a modificar radicalmente a ideia corrente de subúrbio e o estatuto subserviente que convencionalmente lhe estava reservado. A marginalização geográfica e social continua a ocorrer, às vezes até com maior intensidade; mas é também cada vez maior a heterogeneidade das situações antes classificadas como suburbanas, a velocidade e a imprevisibilidade das transformações da forma e do perfil de localização das funções urbanas, portadoras ou não de efeitos de centralidade. Neste novo espaço relacional alargado menos reconhecível na forma, porque descontínuo, de escala territorial extensa e fragmentado, as infra

---

estruturas de circulação, as grandes artérias de transporte (auto estradas, eixos ferroviários, corredores de comunicação, etc.) apresentam-se como os traços mais evidentes deste sistema urbano territorial complexo.

---

## Periferia e urbanismo descritivo: a periferia corresponde a um modelo urbanístico tipificado

Segundo as leituras mais correntes em matéria de subúrbios e de periferias, distinguem-se, pelo menos, dois modelos opostos: a periferia planificada e a periferia “espontânea”.

A periferia planificada, enquanto instrumento de regulação urbana do Estado-Providência e do planeamento racionalista, está presente nos “*Grand's Ensembles*” ou nas “Cidades-Novas” dos *années-béton* da política urbana francesas (MENANTEAU, 1994, 45-79) e, noutro contexto de regulação estatal, nas periferias das cidades dos países do ex-bloco do Leste. Noutras circunstâncias e noutros tempos, a periferia planificada já esteve presente nas utopias e nas realizações das “Cidades-Jardins”, das “Levittowns” (GANS, 1967), da “Broadacre City” de F.L.Wright, ou da “Ciudad Lineal” de A. Soria (CCCB, 1994; WALL, 1994; (cf. ARCHITECTURAL DESIGN, 1994). Hoje, por diversas razões (Crise do Plano e do Estado-Providência, tendência para as ideologias liberais desreguladoras do plano, etc., no primeiro caso), estas realizações estão diluídas, constituindo segmentos mais ou menos integrados de um mosaico urbano multifacetado. O Plano, como convencionalmente era entendido, também já não é o principal, nem pelo menos, o único, elemento regulador do crescimento urbano, nem o Estado o promotor da construção. No novo contexto de desregulação, a pequena promoção privada difusa ou a de grande escala e a lógica do mercado tomam um papel cada vez mais principal na construção das novas formações urbanas.

Paralelamente, alguns tipos de investimento público estruturante (auto-estradas, TGV, aeroportos, etc.) assumem um protagonismo crescente na vertebração deste novo território-campo-de-forças.

Em relação à periferia “espontânea”, os indicadores urbanísticos convergem quase sempre para a presença dos seguintes indicadores:

- um perfil predominantemente residencial;
- ausência ou défice de espaço público;
- crescimento por adições sucessivas, envolvendo tipologias construtivas diversas e usando uma malha viária pré-existente;
- espaço construído não consolidado, alternando índices de densificação elevados com vazios intersticiais;
- ausência de plano;
- subinfra-estruturação;
- défice de serviços e de equipamentos públicos e privados, em quantidade e em qualidade;
- falta de legibilidade e de identidade urbanas;
- má qualidade ambiental.

A resultante final deste combinação remete invariavelmente para uma ideia de caos, de labirinto, de fragmentação, de auto-organização, de conglomerado desprovido de estrutura, de

permanente estaleiro, etc.

A verdade é que, se, por exemplo, esta imagem é perfeitamente identificável nas periferias de Lisboa e do Porto, estão também já presentes os factores de ruptura que se sobrepõem a estas formações territoriais. Esses factores derivam, sobretudo, de dois tipos de processos:

- o primeiro, já apontado, tem a ver com a sobreposição de uma malha rodoviária de alta capacidade (circulares, nós, vias rápidas, auto-estradas, etc.) àquela colagem de fragmentos que se iniciaram e evoluíram segundo outras lógicas e outras temporalidades: núcleos residenciais contemporâneos do caminho de ferro suburbano, estruturas axiais organizadas pelas principais estradas de ligação ao núcleo central da cidade, formas avulsas de produção de habitação cooperativa ou de (co)promoção pública, adensamento “*in situ*” de malhas urbanas pré-existentes, densificação em torno de concentrações industriais periféricas, reforço de alguns núcleos dotados de elementos de centralidade, etc.;
- o segundo relaciona-se com a nova lógica espacial dos sistemas de produção, com as dinâmicas de transformação da base económica metropolitana (cf. SCOTT, 1988). O processo de terciarização é o elemento mais visível dessa dinâmica, ora reforçando centralidades já existentes, ora criando novos núcleos de centralidade periférica (suportados, por exemplo, por actividades de serviços de natureza logística e distributiva, mas não só, como o demonstram as *Edge Cities* de J. Garreau), ora viabilizando um efeito de centrifugação do emprego e das actividades para margens outrora até posicionadas fora do espaço funcional da metrópole. As “*Silicon Landscapes*” de Orange County, no *sunbelt* americano, são o exemplo limite de um pós-subúrbio denso de actividades industriais e de serviços de alta tecnologia, completamente distinto do padrão territorial acima descrito.

---

Estamos portanto confrontados com variadíssimas formas de tipologias urbanas que colidem frontalmente com a unidimensionalidade da tipificação suburbana que ainda é corrente utilizar-se (provavelmente porque é ainda perfeitamente reconhecível e às vezes dominante) e cujos traços foram acima apontados.

---

O perfil compósito dos (ex)subúrbios, a não exclusividade da função residencial como elemento identificador, a tendência, ora para a miscigenação de actividades, ora para a ocorrência de enclaves especializados, cuja existência só se percebe na sua relação com a malha viária estruturante, a imprevisibilidade das novas tipologias associadas a novas formas de produção, de distribuição e de consumo (Shoppings, Parques Tecnológicos, Centros Multimodais, Parques de Actividades, Centros de Congressos e de Exposições, “Office Parks”, etc.), a variabilidade das novas tipologias habitacionais periféricas, etc., produzem formas inesperadas e frequentemente estranhas a um urbanismo ainda demasiado agarrado a fórmulas e modelos já ultrapassados.

---

## Conclusão: periferia e política urbanística (a periferia é um local estratégico das novas políticas urbanas)

O subúrbio não é, por tudo o que foi dito, um anel homogéneo na periferia das grandes aglomerações. Como refere Guy Burgel “a estrutura monocêntrica tradicional condena historicamente a periferia à marginalidade. A multipolaridade assegurar-lhe-á a sua legitimidade urbana” (BURGEL, 1993, 155).

Junto com as políticas de revitalização de que são objecto as zonas históricas e pericentrais da cidade consolidada (quer das zonas históricas, quer das parcelas da cidade industrial tornadas obsoletas) a (ex)periferia, agora diluída no quadro complexo das formações “metropolitanas” (ou de outro qualquer conceito ajustável a estas novas realidades urbanas), tornou-se o lugar estratégico dos novos processos de transformação urbana.

Para dar sentido a estas novas políticas urbanas é necessário trabalhar, pelo menos a duas escalas:

- ao nível micro, trata-se de gerir programas de qualificação e de revitalização de áreas urbanas degradadas do tipo “*Banlieus 89*”, “*Quartiers em Crise*” (cf. MENANTEAU, 1994), do programa comunitário URBAN, ou do programa nacional “Reabilitação Urbana”. Trata-se de acções localizadas, cujo desafio maior é o da integração de instrumentos de política urbanística com instrumentos de política social, de políticas no domínio infra-estrutural e de qualificação do espaço público e de políticas de natureza imaterial (nos domínios do emprego, do apoio a estratos sociais marginalizados, das políticas de juventude, de animação cultural, etc.). Sendo localizado e intensivo, este modelo de intervenção requer fórmulas participativas e soluções de parceria entre diferentes actores públicos e não públicos, bem como um quadro institucional mínimo que permita alguma articulação, por um lado, entre políticas e instituições sectoriais (no âmbito do emprego ou do apoio social, por exemplo) e, por outro, entre políticas locais e políticas não locais.
- O carácter local dos problemas torna pertinente e legítima a escala de actuação. No entanto o

“desencravamento” social e territorial destas áreas exige acções complementares que proporcionem a fluidez das ligações, partindo do princípio que o problema é equacionável à escala local mas resolúvel a escalas mais vastas. A nova metrópole define-se mais por variáveis de natureza relacional do que por variáveis de natureza morfológica. A tentação de reproduzir nestas pequenas intervenções as características morfológicas da cidade convencional pode, por isso, não ser a solução mais recomendável e não é, de certeza, suficiente. A filosofia da actuação na pequena escala tem que explicitar, de alguma maneira, um cenário de inclusão na lógica do todo sistémico de que essa parcela faz parte. É preciso dar esse sentido a cada elemento onde se intervém.

– ao nível macroterritorial a questão fundamental é a de perceber cada um dos fragmentos do mosaico urbano alargado a partir das variáveis estruturantes do sistema, no seu conjunto (a malha viária vertebradora, por exemplo e, por extensão, todas as variáveis que tiverem uma forte componente sistémica/relacional). Esta é uma condição necessária para contextualizar as pequenas intervenções fragmentárias, descritas acima, num cenário prospectivo, que problematize a natureza dos principais bloqueamentos da nova ordem urbana e que, ao mesmo tempo, seja capaz de melhor gerir as oportunidades de transformação.

Este desafio não é resolúvel projectando para a frente, para um quadro espacial mais concordante com os limites de coesão da cidade-região, uma tipologia clássica de elaboração e de implementação de planos de ordenamento, frequentemente sem uma contrapartida institucionalmente adequada à sua gestão e implementação e excessivamente rígidos em função da imprevisibilidade das transformações. Ao contrário, também não se pode esperar que um pacote errático de Projectos Urbanos possa dar um somatório superior à soma das suas partes, que o conjunto dessas intervenções se possa saldar por um resultado benéfico de equilíbrios instáveis que se pretendem obter para a metrópole alargada. As expectativas podem mesmo sair frustradas por excesso de concorrência entre esses projectos. As periferias, agora no plural porque distintas, constituem oportunidades de transformação diferentes, consoante a natureza dos seus problemas: os trunfos que podem ir buscar ao novo quadro de coesão urbana; os recursos disponíveis; as oportunidades que se lhes oferecem; e os recursos que possam mobilizar. Não constituem, por isso, receptáculos de soluções normalizadas e completamente transferíveis para todas as situações.

## Referências Bibliográficas

- ARCHITECTURAL DESIGN, (1994) *The Periphery*, Vol. 64, 3-4, St. Martins Press, New York.
- ASCHER, François (1995); *Metapolis ou l'avenir des villes*, Editions Odile Jacob, Paris.
- AUGÉ, Marc (1992) *Não-lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Bertrand Editora, Lisboa.
- BARNETT, J. (1995) *The Fractured Metropolis*, Harper Collins, New York.
- BÉHAR, Daniel (1995), “Banlieus Ghettos, Quartiers Populaires ou Ville Éclatée?” in *Les Annales de La Recherche Urbaine-Politiques de la Ville*, nº 68-69, Plan Urbain, Ministère de l'Équipement du Logement des Transports et du Tourisme, Paris.
- BERRY, B.J.L. (1976); “The Counterurbanization Process: Urban America since 1970” in BERRY (ed.), *Urbanization and Counterurbanization*, Sage, New York.
- BURGEL, Guy (1993); *La Ville Aujourd'hui*; Hachette, Paris
- CALVINO, Italo (1990; trad. portuguesa 1993); *As Cidades Invisíveis*, Editorial Teorema, Lisboa.
- CCCB (1994); *Atlas Histórico de Ciudades Europeas - Península Ibérica*, Centro de Cultura Contemporània de Barcelona, Salvat Editores, Barcelona.
- CORBOZ, A. (1994); “L'Ipercittà”, in *Urbanistica*, nº 103, Istituto Nazionale di Urbanistica, Roma, pp.6-10.
- FIELDING; A.J. (1989), “La Contro-urbanizzazione nell'Europa Occidentale” in PETSIMERIS, P. (a cura di), (1989), *Le Reti Urbane Tra Decentramento e Centralità*, Franco Angeli, Milano, pp. 82-100.
- GANS, H. J. (1967); *The Levittowners, ways of life and politics in a new suburban community*, Pantheon Books, New York.
- GARREAU, J. (1991); *Edge City: Life on the New Frontier*, Doubleday, New York.
- GOTTMANN, J. (1961); *Megalopolis, The Urbanized Northeastern Seaboard of the UEA*, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- HALL, P. (1984); *The World Cities*, Widenfeld & Nicolson, London (3ª ed.).
- HALL, Peter (1990) “The Disappearing City?”, University of California at Berkeley, Working Paper 506.
- WALL, Alex (1994); “The Dispersed City”, in *Architectural Design*, Vol. 64, 3-4, St. Martins Press, New York.
- LACAYO, Richard (1992), “This Land is Your Land... This Land is May Land”, in *TIME*, nº20, Maio, 1992, pp.24-29.
- LANGDON, Ph. (1995); *A Better Place to Live - Reshaping the American Suburb*, Harper Perennial, University of Massachusetts Press.

LEVY, Jacques (1994); L'Espace Légitime - sur la dimension géographique de la fonction politique, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris.

MARTINOTTI, Guido (1993), Metropoli - La nuova morfologia sociale della città, Il Mulino, Bologna.

MENANTEAU, J. (1994), Les Banlieus, Le Monde Editions, Paris.

PETSIMERIS, P. (a cura di), (1989), Le Reti Urbane Tra Decentramento e Centralità, Franco Angeli, Milano.

REBOIS, Didier (org.), (1995); EUROPAN 4 : Construire La Ville sur la Ville; Transformation de Sites Urbains Contemporains, European European Secretariat, Paris.

RUSK, David (1993); Cities Without Suburbs, Johns Hopkins University Press, Baltimore.

SCOTT, A.J. (1988); Metropolis: from the division of labor to urban form, University of California Press, Berkeley and Los Angeles.

SUDJIC, Deyan (1992); The 100 Mile City, A Harvest Original Harcourt Brace & Company, New York.

VAN DEN BERG et al. (1982); Urban Europe: A Study of Growth and Decline, Pergamon, Oxford.